



107  
20

PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DO DESEMBARGADOR JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA

GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO PÚBLICO

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO no MS nº 0017976-55.2012.8.17.0000 (0285099-5)

EMBARGANTE : Estado de Pernambuco

PROCURADOR : Felipe Mota Pimentel de Oliveira

EMBARGADA : Ana Maria da Silva

DEFENSORA PÚBLICA : Cristina Sakaki

RELATOR : Desembargador JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA

EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. IMPERATIVIDADE DOS LINDES PREVISTOS NO ART. 535 DO CPC, MESMO QUE OS ACLARATÓRIOS SEJAM INTERPOSTOS COM O OBJETIVO DE PROVOCAR O PREQUESTIONAMENTO EXPLÍCITO. AUSÊNCIA DE ENQUADRAMENTO NAS HIPÓTESES DE CABIMENTO INSCULPIDAS NO ARTIGO 535 DO CPC. MANIFESTO PROPÓSITO PROTETATÓRIO DO EMBARGANTE. REJEIÇÃO DOS ACLARATÓRIOS.

I - Os embargos de declaração são cabíveis em 4 (quatro) hipóteses, sendo três legais e uma construída pela jurisprudência. São elas: 1) obscuridade, 2) omissão ou dúvida, 3) contradição e, finalmente, 4) erro material, *rectius*: erro sobre premissa de fato.

II - Os casos previstos para a interposição de aclaratórios são específicos, de modo que, ainda que para fins de prequestionamento, somente são admissíveis quando houver obscuridade, contradição ou omissão em questões sobre as quais deveria o órgão julgador necessariamente ter se pronunciado (pontos controvertidos).

III - A pretexto da existência de suposta omissão no acórdão vergastado, os presentes embargos mostram-se interpostos indevidamente, uma vez que apresentam a exclusiva finalidade de prequestionar matéria constitucional para a interposição de recursos nas vias extraordinárias, ostentando, portanto, nítido intuito de procrastinar a efetividade da decisão proferida por este egrégio Colegiado.

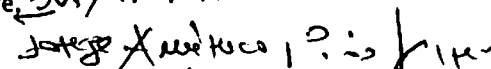
IV - Uma vez que o julgado vergastado não foi encaixilhado em quaisquer das hipóteses previstas no artigo 535 do CPC, não comporta, o caso em tela, integração pela via especial dos embargos declaratórios.

V - Embargos rejeitados à unanimidade de votos.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, ACORDAM os excelentíssimos Senhores Desembargadores Integrantes do Grupo de Câmaras de Direito Público deste Tribunal de Justiça, à unanimidade de votos, em conhecer e rejeitar o recurso de integração, na conformidade do relatório e voto do relator, que passam a integrar o presente julgado.

Recife, 30, Abril, 2013

  
Desembargador JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA  
Relator



108  
P

PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DO DESEMBARGADOR JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA

**GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO PÚBLICO**

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO no MS nº 0017976-55.2012.8.17.0000 (0285099-5)

EMBARGANTE : Estado de Pernambuco

PROCURADOR : Felipe Mota Pimentel de Oliveira

EMBARGADA : Ana Maria da Silva

DEFENSORA PÚBLICA : Cristina Sakaki

RELATOR : Desembargador JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA

**RELATÓRIO**

1. Trata-se de embargos de declaração opostos pelo Estado de Pernambuco contra o acórdão de fls. 75/76, emergente do julgamento do mandado de segurança de nº 0017976-55.2012.8.17.0000 (0285099-5), que, por unanimidade, teve o seu provimento concedido, tornando definitiva a liminar anteriormente deferida.

2. O referido acórdão encontra-se assim ementado:

CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. REJEIÇÃO DA PRELIMINAR DE IMPOSSIBILIDADE JURÍDICA DO PEDIDO. PRELIMINAR DE AUSÊNCIA DE PROVA PRÉ-CONSTITUÍDA NÃO APRECIADA POR VERSAR SOBRE O MÉRITO DA DEMANDA. DIREITO HUMANO À DIGNIDADE E À SAÚDE. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS A CIDADÃO HIPOSSUFICIENTE. DEVER DO PODER PÚBLICO. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DOS ENTES FEDERATIVOS. IRRELEVÂNCIA DO FATO DE O MEDICAMENTO NÃO FIGURAR EM LISTA DO SUS. ENTENDIMENTO SUMULADO POR ESTE TRIBUNAL. SEGURANÇA CONCEDIDA.

I - A preliminar de impossibilidade jurídica do pedido não encontra amparo, haja vista que se afigura legítimo o pleito pelo fornecimento de medicamento e faz-se necessária a intervenção do Poder Judiciário para assegurar o direito público à saúde.

II - A arguição da ausência de prova pré-constituída não deve ser analisada em sede de preliminar, pois confunde-se com o próprio mérito da demanda.

III - Constitui dever do Poder Público, em qualquer de suas esferas, assegurar a todas as pessoas o direito à manutenção da saúde, consequência indissociável do direito à vida. Precedentes do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça.

IV - É firme a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal no sentido de que o Judiciário, ao determinar o fornecimento de medicamentos, não está se imiscuindo em questões de mérito administrativo, porquanto assim procede para garantir o cumprimento de princípios constitucionais pelo Ente Estatal (MS 23.452, da relatoria do ministro Celso de Mello).

V - Comprovada a necessidade do tratamento associada à falta de condições de adquirir o medicamento necessário, o cidadão poderá, sim, buscar proteção junto ao Poder Judiciário para que sejam disponibilizados pelo Estado os meios



109  
20

PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DO DESEMBARGADOR JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA

necessários ao adequado tratamento da enfermidade.

VI - Afigura-se irrelevante o fato de o medicamento postulado não estar presente nas listas de medicamentos fornecidos pelo SUS, posto que o Estado tem o dever de garantir o direito subjetivo à vida e à saúde do cidadão. Entendimento sumulado no Enunciado nº 18 do TJPE.

VII - Em que pese o tratamento de câncer ter sido atribuído aos Centros de Alta Complexidade em Oncologia (CACONs), o cidadão possui o direito de exigir que o Estado cumpra com o disposto na Constituição Federal, que prevê a responsabilidade solidária dos Entes Políticos no atendimento ao direito à vida e à saúde.

VIII- Segurança concedida à unanimidade de votos.

3. Em apertada síntese, afirma o Estado embargante, com o especial fim de integração do julgado e de prequestionamento, que o supramencionado acórdão foi omissivo ao não apreciar a violação às disposições dos artigos 2º; 5º, 37, *caput* e XXI; 196 e 198, *caput* e §1º, todos da Constituição Federal.

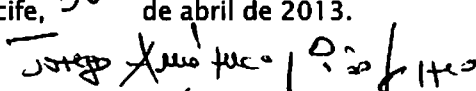
Argumenta que os aclaratórios estão sendo manuseados com o especial desiderato de provocar o pronunciamento expresso deste Grupo de Câmaras sobre matéria constitucional, de sorte a atender ao pressuposto objetivo do prequestionamento explícito, possibilitando, assim, a devolução da discussão à instância extraordinária.

4. Não aduna documentos ao *petitum*.

5. Eis o relatório, naquilo que se revela essencial para o deslinde da controvérsia.

6. O feito independe da inclusão em pauta de julgamento, consoante reza o artigo 85, alínea "b", do RITJPE.

Recife, 30 de abril de 2013.

  
Desembargador JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA  
Relator



110  
AB

PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DO DESEMBARGADOR JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA

GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO PÚBLICO

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO no MS nº 0017976-55.2012.8.17.0000 (0285099-5)

EMBARGANTE : Estado de Pernambuco

PROCURADOR : Felipe Mota Pimentel de Oliveira

EMBARGADA : Ana Maria da Silva

DEFENSORA PÚBLICA : Cristina Sakaki

RELATOR : Desembargador JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA

VOTO

Vistos e examinados etc.

1. O Estado de Pernambuco interpôs os presentes embargos sob a alegação da existência de omissão no acórdão fls. 75/76, adveniente do julgamento do mandado de segurança nº 0017976-55.2012.8.17.0000 (0285099-5).

Os presentes aclaratórios buscam, como escopo primordial, promover o prequestionamento explícito de questões constitucionais ventiladas na demanda, em relação às quais o órgão colegiado julgador teria sido omisso, quando do julgamento do supramencionado *writ*.

2. Inicialmente, cumpre destacar que a interposição de embargos declaratórios é cabível em 4 hipóteses, sendo três legais e uma construída pela jurisprudência, conforme entendimento pacificado no Superior Tribunal de Justiça (STJ). Ei-las: 1) obscuridade, 2) omissão ou dúvida, 3) contradição e, finalmente, 4) erro material, *rectius*: erro sobre premissa de fato. Nesse sentido:

"(...) mesmo nos embargos declaratórios com fim de prequestionamento, devem-se observar os lindes traçados no art. 535, do CPC (obscuridade, dúvida, contradição, omissão e, por construção pretoriana integrativa, a hipótese de erro material)<sup>1</sup>.

Em verdade, a função dos embargos de declaração deve ser, unicamente, afastar do julgado qualquer omissão necessária para a solução da lide, não permitir a obscuridade por acaso identificada e extinguir qualquer contradição entre premissa argumentada e a conclusão assumida, resumindo-se, assim, em complementar o julgado atacado, afastando-lhe vícios de compreensão.

<sup>1</sup> STJ-1ª Turma, REsp. 11.465-0-SP, rel. Min. Demócrito Reinaldo, j. 23.11.92, rejertaram os embargos, v.u., DJU 15.2.93.



117  
P

PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DO DESEMBARGADOR JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA

Por essa via, portanto, não se pode obter modificação ou anulação do julgado embargado, mas senão mero esclarecimento ou suprimento de lacuna, de forma a rechaçar quaisquer equívocos na interpretação ou na execução do ato decisional.

Em outras palavras, os casos previstos para a interposição de aclaratórios são específicos, de modo que, ainda que para fins de prequestionamento, somente são admissíveis quando houver obscuridade, contradição ou omissão em questões sobre as quais o órgão julgador deveria necessariamente ter se pronunciado (pontos controvertidos).

3. Ainda que a finalidade precípua destes embargos consista em realizar prequestionamento explícito de matéria constitucional, para fins de interposição de recurso nas vias extraordinárias, o recorrente permanece obrigado a apontar o cabimento do recurso. Todavia, o embargante deixou de encaixilhar o seu pleito recursal nas hipóteses previstas no artigo 535 do Código de Processo Civil (CPC).

Inexiste, no acórdão embargado, qualquer omissão a justificar o pedido de declaração pretendido, haja vista que os pontos relevantes da demanda foram satisfatoriamente apreciados no *decisum* objurgado. O embargante, por conseguinte, não logrou êxito em demonstrar, no acórdão impugnado, a presença de vício a autorizar o cabimento de aclaratórios.

A pretexto da existência de suposta omissão no acórdão de fls. 75/76, os presentes embargos mostram-se interpostos indevidamente, uma vez que ostentam nítido intuito de procrastinar a efetividade da decisão proferida por órgão colegiado deste Tribunal

4. Ressalte-se, inclusive que, em casos semelhantes, tenho adotado igual posicionamento, conforme se observa no julgado de minha Relatoria adiante transcrito:

EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - INEXISTÊNCIA DE QUALQUER VÍCIO DE PROCEDIMENTO A CONTAMINAR A COMPREENSÃO DO JULGADO - DESNECESSIDADE DE O ÓRGÃO JULGADOR, PARA EXPRESSAR O SEU ENTENDIMENTO, PRONUNCIAR-SE SOBRE TODAS AS QUESTÕES SUSCITADAS PELAS PARTES OU, QUIÇÁ, RESPONDER A QUESTIONÁRIOS - REDISCUSSÃO DA LIDE COM REVOLVIMENTO DA PROVA - IMPOSSIBILIDADE - IMPERATIVIDADE DE OBSERVÂNCIA DOS LINDES DO ART. 535 DO CPC MESMO PARA A HIPÓTESE DE MANUSEIO DO RECURSO DE INTEGRAÇÃO COM O SÓ FIM DE PROVOCAR O PRÉ-QUESTIONAMENTO EXPLÍCITO - REJEIÇÃO DOS ACLARATÓRIOS.



112  
20

PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DO DESEMBARGADOR JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA

I - A função dos embargos de declaração é, unicamente, afastar do julgado qualquer omissão necessária para a solução da lide, não permitir a obscuridade por acaso identificada e extinguir qualquer contradição entre premissa argumentada e a conclusão assumida, resumindo-se em complementar o julgado atacado, afastando-lhe vícios de compreensão.

II - Numa palavra: conforme se deduz da ensinância de PONTES DE MIRANDA, nos declaratórios não se pede que o órgão julgador "redecida", mas sim que este se "reexprima". Nessa linha de raciocínio, afigura-se oportuno lembrar a lição professada por MÁRIO GUIMARÃES: "não precisa o juiz reportar-se a todos os argumentos trazidos pelas partes. Claro que, se o juiz acolhe um argumento bastante para sua conclusão, não precisará dizer se os outros, que objetivam o mesmo fim, são procedentes ou não" (v. O JUIZ E A FUNÇÃO JURISDICIONAL, 1ª ed. Forense, 1958, parágrafo 208, p. 350), secundando-se que não se exige do juiz "que rastreie e acompanhe pontualmente toda a argumentação dos pleiteantes, mormente se um motivo fundamental é poderoso a apagar todos os aspectos da controvérsia" (RT 413/325).

III - Nessa contextura, os embargos de declaração destinam-se, precipuamente, a desfazer obscuridades, a afastar contradições e a suprir omissões que eventualmente se registrem no Acórdão proferido pelo Tribunal, revelando-se incabíveis quando, inexistentes os vícios que caracterizam os pressupostos legais de embargabilidade (CPC, art. 535), vem tal recurso com desvio de sua específica função jurídico-processual, a ser utilizado com a finalidade de instaurar, indevidamente, uma nova discussão sobre a controvérsia jurídica já apreciada pelo Tribunal. Logo, não está o Tribunal obrigado a ater-se aos fundamentos indicados pela parte e tampouco a responder um a um todos os seus argumentos. Os requisitos da decisão judicial não estão subordinados a quesitos. A motivação da decisão, observada a res in iudicium deducta, pode ter fundamento jurídico e legal diverso do suscitado.

IV - Nessa igual diretriz, assentou o colendo STJ que, "mesmo nos embargos declaratórios com fim de prequestionamento, devem-se observar os lindes traçados no art. 535, do CPC (obscuridade, dúvida, contradição, omissão e, por construção pretoriana integrativa, a hipótese de erro material)" (v. STJ-1ª Turma, REsp. 11.465-0-SP, rel. Min. Demócrito Reinaldo, j. 23.11.92, rejeitaram os embargos, v.u., DJU 15.2.93, p. 1.665, 2ª col., em.).

V - Rejeição dos embargos. Decisão unânime<sup>2</sup>.

<sup>2</sup> TJPE. PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO Embargos de Declaração nº 0013232-17.2012.8.17.0000 (0266926-5/03) RELATOR: Desembargador JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA. Julgamento em 24/10/2012.



112  
70

PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DO DESEMBARGADOR JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA

5. No caso em tela, não restou demonstrada, pelo embargante, a existência de contradição, omissão ou obscuridade no julgado hostilizado. Destarte, não há que se cogitar a presença de qualquer vício capaz de justificar o pedido aclaratório. Nesse cariz, vislumbre-se:

"O juiz não está obrigado a responder todas as alegações das partes quando já tenha encontrado motivo suficiente para fundar a decisão, nem se obriga a ater-se aos fundamentos indicados por elas e tampouco a responder um a um todos os seus argumentos"<sup>3</sup>.

6. Com fulcro nas considerações acima expostas, verifica-se que o caso em tela não comporta integração pela via especial dos embargos declaratórios, uma vez que o julgado vergastado não foi encaixilhado em quaisquer das hipóteses previstas no artigo 535 do CPC.

Forte em tais razões, REJEITO os presentes embargos declaratórios.

É como VOTO.

Recife, 30. ABRIL. 2013

  
Desembargador JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA  
Relator

---

<sup>3</sup> STJ - RJTJESP 115/207.